

A SEMANA CÍFRAO

Suplemento de Economia

Consórcio americano na corrida ao telemóvel

Pág. 3



LEONILDO MONTEIRO

“Rui Pena extrapolarou as suas competências”

Pág. 5

BANCO MUNIDAL

Cabo Verde apoia candidato americano

Pág. 3

Mais 16 milhões de dólares para Cabo Verde

O Banco Mundial (BM) e o Banco Árabe de Desenvolvimento Económico para a África (BADEA) acabam de disponibilizar mais um crédito, no valor de 16,6 milhões de dólares, a Cabo Verde. O montante em causa destina-se a construir estradas nas várias ilhas do país e à expansão da fábrica "Águas Trindade", com sede na cidade da Praia.

O acordo entre o Banco Mundial e governo de Cabo Verde foi fechado no passado dia 10, numa negociação que decorreu através de vídeo-conferência, e foi conduzida pelo ministro do Estado e das Infra-estruturas, Manuel Inocêncio Sousa. O BM aceitou conceder ao nosso país um crédito no valor de 15 milhões de dólares.

De acordo com as nossas fontes, o montante em causa destina-se a financiar um conjunto de infra-estruturas da rede viária, que abrange estradas a serem feitas em várias ilhas, com destaque para as de Santiago, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Fogo. O projecto arrancará a partir do próximo mês de Agosto e será executado num período de um ano, aproximadamente.

O mesmo enquadra-se num programa global de construção de estradas, que está avaliado em 42 milhões de dólares. O MCC, que entrará em funcionamento a partir da segunda quinzena de Julho, vai entrar com 22 milhões de dólares para o seu financiamento, devendo o Fundo da OPEP assegurar os restantes 5 milhões de dólares.

Mas o crédito à economia por instituições internacionais não fica por aí. O Banco Árabe de Desenvolvimento Económico para a África vai também disponibilizar mais um empréstimo de 1,6 milhão de dólares para ajudar Cabo Verde. As negociações, que vinham decorrendo desde o dia 5 em Cartum, capital da República do Sudão, culminou ontem, 7, com a assinatura de um acordo entre a referida instituição e o governo, representado através de Victor Fidalgo, assessor do ministro das Finanças e Planeamento.

A mencionada importância será canalizada, conforme a mesma fonte, para a Fábrica de "Águas Trindade", com sede na Praia. Tudo com o propósito de contribuir para a expansão e o reforço da capacidade de produção da referida unidade industrial.

O BADEA deverá ainda apreciar, proximamente, o projecto da estrada circular do Fogo, orçado em 22 milhões de dólares. A mesma instituição financeira da Liga Árabe para o desenvolvimento dos países africanos a sul do Saara já financiou vários projectos no nosso país, como são os casos do Aeroporto da Praia, as bacias hidrográficas de Picos e Engenhos, a adução da água e saneamento de Pedra Badejo e a expansão da fábrica de conserva de peixes Sucla, esta com sede no recém-criado município de Tarrafal de São Nicolau.

ADP

DOSSIER PRIVATIZAÇÃO DA CABNAVE



Concurso internacional vem aí

O dossier Cabnave deverá conhecer, dentro de dias, uma definição ao escolher um de dois modelos contratuais — o de concessão ou o de gestão. Tudo vai depender do relatório final da empresa norte-americana Booz Allen & Hamilton, que realiza estudos sobre a privatização dos estaleiros navais de Cabo Verde. A situação de falência técnica da Cabnave não dá espaço para grandes manobras, mas o ideal, segundo uma fonte do Gabinete de Privatizações, seria optar por uma concessão em que o governo cederia a sua exploração, mediante uma renda, continuando como dono da infra-estrutura.

Ultrapassada a fase de definição dos modelos de privatização da Cabnave — Estaleiros Navais de Cabo Verde — o que deverá acontecer dentro de, no máximo, duas semanas, de acordo com garantias obtidas junto desta empresa estatal, será imediatamente lançado o concurso público para a sua respectiva privatização. Este processo, que vem mantendo a Cabnave a todos os níveis em *stand by*, marca o iní-

cio de mais uma vaga de privatizações em Cabo Verde. "A nossa expectativa é que, no máximo, dentro de dois meses, poderá ser lançado o concurso público para a privatização da Cabnave. É o culminar de um processo que se iniciou há vários meses, mais concretamente no segundo semestre de 2004, e que trouxe a empresa americana a Cabo Verde, a mesma que efectuou os estudos para a privatização da Enapor", revela-nos um alto responsável da Cabnave.

Enquanto aguardam pelo relatório final da Booz Allen & Hamilton, nem a Cabnave, nem o Gabinete de Privatizações antecipam o seu desfecho. Neste último em particular, as várias tentativas de **A Semana** para ouvir a directora do GP goraram-se porque esta, segundo a sua secretária, encontrava-se sempre em reuniões. Mesmo assim, ficámos a saber junto deste serviço que a preferência das autoridades cabo-verdianas vai para a modalidade de concessão. Isso porque, segundo a nossa fonte, o governo cederia a infra-estrutura

para exploração, mediante o pagamento de uma renda e com regras definidas, inclusive salvaguardando os investimentos bem para "acordar" esse gigante adormecido, mediante o pagamento de uma renda.

Contudo, a realidade económica e financeira da Cabnave não permite grandes fantasias porque, como é sabido, esta empresa está a afundar-se em falência técnica. "Caso for impraticável eleger o contrato de concessão, penso que poderiam optar por uma privatização a dois tempos. Isto é, decidiram por uma gestão, que permitiria ao governo contratar uma equipa por um determinado período com objectivos e metas claras, como por exemplo a normalização financeira da empresa. Depois de viabilizada, assinariam o contrato de concessão", aconselha a nossa fonte, lembrando que o processo de privatização da Cabnave iniciou-se em 1998 e foi suspenso, ainda na fase dos estudos preliminares, sem nenhuma explicação, o que é bastante sintomático.

Constância de Pina



Alfândega da Praia é MEDALHA DE OURO

O Comité Internacional de selecção da Business Initiative Directions (BID), sediada em Espanha, decidiu atribuir à Alfândega da Praia o prémio "Estrela Internacional WQC", na categoria de ouro. Este troféu, que premeia "o trabalho, o mérito e a qualidade" da Alfândega da Praia, será entregue no próximo dia 30 de Maio, em Paris, durante a Convenção Internacional World Quality Commitment.

Neste evento estarão presentes líderes de diversos sectores empresariais, especialistas em qualidade e empresas de todo o mundo para receber os prémios nas categorias de ouro, plati-

na e diamante. Vários convidados, entre os quais homens da cultura, corpo diplomático dos diversos países e imprensa internacional, far-se-ão representar também no certame de Paris.

Esta é décima segunda edição do World Quality Commitment do BID, que até agora já premiou mais de cem empresas de todo o mundo. Em Cabo Verde várias empresas dos mais diversos sectores já receberam a medalha de ouro "Estrela Internacional WQC". No ano passado foi galardoadada a Moura Company, depois da Engeobra, Seage, terem recebido o mesmo prémio.

CORRIDA AO BANCO MUNDIAL

Cabo Verde vai apoiar a candidatura do norte-americano Paul Wolfowitz à chefia do Banco Mundial, em eleição que deverá acontecer até 31 de Maio deste ano. Wolfowitz substituirá o presidente cessante do BM, o sueco James D. Wolfensohn, que vinha desempenhando aquele cargo deste 1995. Esta decisão do executivo de José Maria Neves, já foi comunicada, através dos meios diplomáticos, ao governo dos Estados Unidos da América.

Cabo Verde apoia candidato norte-americano

A cidade da Praia vai apoiar a candidatura do norte-americano Paul Wolfowitz à presidência do Banco Mundial, cujo processo de eleição deverá ficar concluído até 31 de Maio próximo. A tomada desta decisão pelo executivo de José Maria Neves acontece, segundo o assessor do ministro das Finanças e Planeamento, Victor Fidalgo, no momento em que o administrador que representa Cabo Verde no Banco Mundial, o guineense Paulo Gomes, vem auscultando os países mandantes sobre o apoio ou reservas à candidatura de Paul Wolfowitz à presidência do BM. *“Pretende-se com isso que a África fale a uma só voz. Mas, independentemente do consenso vir a ser conseguido ou não, a posição de Cabo Verde é clara: apoia sem reservas o candidato apresentado pelo governo norte-americano”*.

Victor Fidalgo, que é também representante suplente do Banco Mundial por Cabo Verde, acrescenta que tal decisão foi já comunicada, por via diplomática, às autoridades dos Estados Uni-

dos, país com o qual a cidade da Praia vem incrementando, nos últimos tempos, as já fortes relações de amizade e cooperação.

Caso for eleito, Paul Wolfowitz deverá substituir o presidente cessante do BM, o sueco James D. Wolfensohn, que vinha desempenhando aquele posto deste 1995. Wolfowitz é uma personalidade influente, quer no seu país quer no plano internacional. Com doutoramento em Ciências Políticas pela Universidade de Chicago, é licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Paul H. Nitze School e é bacharel em Jornalismo e Negócios Estrangeiros, feito na Universidade de Cornell.

Do seu currículo constam mais de 30 anos dedicados ao serviço público e educador, incluindo os 24 anos de trabalho nos governos de seis dos presidentes dos EUA. De entre outras funções de destaque exercidas, em Março de 2001 Wolfowitz iniciou a sua terceira rotação como responsável



pelo Departamento de Defesa enquanto vigésimo oitavo deputado da Secretaria de Defesa.

Colocado como o número-dois no Pentágono, Paul trabalhou de perto com a Secretaria de Defesa de Donald Rumsfeld. Desde o ataque de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, Wolfowitz tem dado assistência ao plano global de luta contra o terrorismo internacional, incluindo o ataque militar dos EUA ao Afeganistão e ao Iraque.

Também desempenhou um papel diplomático importante nas audiências e discursos internacionais junto das potências amigas e aliadas dos EUA.

Alírio Dias de Pina

CVT com 5,6 milhões de contos de lucro

O volume de negócios da Cabo Verde Telecom, em 2004, atingiu 5,6 milhões de contos, com o resultado líquido a situar-se em 1,3 milhão de contos. Os dados, aprovados esta semana durante a assembleia-geral da empresa, foram divulgados esta quarta-feira, pelo presidente do Conselho da Administração da CVTelecom, Humberto Bettencourt.

Apesar de um ligeiro recuo nos lucros da empresa face a 2002 e 2003, o volume de negócios da Cabo Verde Telecom esteve bem alto em 2004. De acordo com os números do relatório e contas, os lucros da empresa no ano transacto atingiram 5,6 milhões de contos. Com um investimento de 786 mil contos (o segundo mais baixo de sempre), a empresa de telecomunicações obteve nesse ano um resultado líquido de 1,3 milhão de contos.

O mesmo relatório, divulgado à imprensa pelo presidente do CA, Humberto Bettencourt, anuncia ainda que a operadora nacional teve um autofinanciamento de 362 por cento, um activo líquido superior a 9 mil contos e um passivo de cerca de 3 mil e 600 contos.

Em termos de indicadores rácios, os dados apontam para uma margem bruta da empresa de 92,10 por cento, enquanto a rentabilidade das vendas se situa nos 23,45 por cento e a rentabilidade dos capitais próprios em 23,2 pontos percentuais. A autonomia financeira da CVT, em 2004, foi de 60,8 por cento, a mais elevada de sempre.

A operadora cabo-verdiana de telecomunicações viu ainda aumentar a sua densidade telefónica. Neste momento, a empresa tem cerca de 73 mil clientes na rede fixa, 65 mil no telefone móvel e 5 mil e 300 na Internet — a ADSL que entrou em 2004 conta com 283 clientes. Só na rede fixa e no telemóvel, a Telecom conta 139 mil clientes.

A CVT, que comemora este ano dez anos, já investiu ao longo desse tempo mais de 12 milhões de contos em infra-estruturas. O sector do móvel, que apareceu em 1998, já consumiu à empresa mais de 3 milhões de contos em investimentos.

Apesar destes números positivos para as contas da empresa, Humberto Bettencourt, não deixa, no entanto, de apontar a nova remuneração e a entrada do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) como os grandes constrangimentos com que a operadora se deparou no ano transacto. **“A CV Telecom paga 50 por cento do IVA e 30 por cento do IUR que as empresas pagam. Isso dá-nos uma ideia da pressão exercida sobre a tesouraria da empresa”**, explicou. Ainda assim, acrescenta Bettencourt, os valores obtidos pela Telecom em 2004 revelam a dinâmica que existe na empresa, **“a sua solidez e as bases com que conta para lançar-se rumo a novos patamares”**.

Este ano, a Cabo Verde Telecom pretende **“primar pela qualidade dos serviços prestados aos clientes — o lema é “Construir a Qualidade” — e colocar os melhores e inovadores serviços à disposição dos utentes”**. São os casos, por exemplo, da internet banda larga, o pagamento de facturas através de RedeVint4 e a introdução de **“voice mail”** na rede fixa. De notar que a operadora cabo-verdiana de telecomunicações aguarda o desfecho do concurso para a exploração da Televisão por assinatura — em que apresentou a sua candidatura — para se lançar nesse sector ainda no decorrer deste ano.

TELEMÓVEL

Consórcio americano apresenta proposta extra-concurso

A ASG, um consórcio americano, apresentou ao governo uma proposta alternativa para operar no serviço móvel em Cabo Verde. A proposta, entregue uma semana antes do fecho do concurso público para o sector — que não teve nenhum concorrente —, está a ser analisada pelo executivo que tanto poderá aceitar as condições apontadas pelo consórcio americano, como abrir um novo concurso. Afinal, nem tudo está perdido.

É bem provável que até o final do ano um novo operador venha a entrar no serviço móvel em Cabo Verde. Apesar do fracasso do concurso público para o sector — fechou sem nenhuma candidatura — está neste momento sob a apreciação do

governo uma proposta alternativa do grupo americano ASG que apresenta outras condições para entrar no mercado do telemóvel cabo-verdiano.

“De facto, poucos dias antes do terminar o prazo para a apresentação das candidaturas, chegou-nos às mãos uma proposta extra-concurso de uma empresa americana que quer operar no sector do telemóvel, mediante algumas condições que a mesma coloca”, confirma a presidente do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação (ICTI), Margarida Sagná, sem, no entanto, adiantar as condições propostas pelo consórcio americano.

“Apenas posso avançar que se trata de uma proposta à parte da empresa ASG e que entendemos ser muito boa, embora condicionada. Na altura do concurso não lhes dissemos nada, mas agora, tendo em conta a qualidade da sua proposta, pretendemos contactá-los informando-os sobre as possibilidades que existem”, assegura Sagná an-



tes de acrescentar que a proposta da ASG está neste momento a ser apreciada pelo executivo que tem dois cenários possíveis a adoptar: **“ou vai para a negociação directa com a ASG e lhes dá a respectiva licença ou abre um novo concurso público internacional”**, afirma a presidente do ICTI para quem não está posta de lado a entrada de um novo operador de telemóvel ainda este ano. **“É esta a pretensão do governo, ou seja liberalizar o sector. E o primeiro passo já está dado com a aprovação, na passada semana, pelo Conselho de Ministros da Declaração Política das Comunicações no país”**, prossegue.

A responsável do órgão que regula as telecomunicações em Cabo Verde confirma, por outro lado, o monopólio da Cabo Verde Telecom nas chamadas internacionais como o principal factor que terá afastado os anteriores pretendentes. Entretanto, Margarida Sagná recusa a ideia de que o concurso, em si, tenha sido

um fracasso. **“Pensamos que o concurso para o telemóvel não foi um fracasso, como se disse. Pelo contrário, houve interesse de mais de 18 empresas estrangeiras que operam no sector, o que mostra que o mercado cabo-verdiano do telemóvel é muito pretendido. Aliás, até ao final havia propostas de pelo menos quatro empresas, mas recuaram na altura da elaboração do Plano de Negócios por, supostamente, notarem que a CVT detém o monopólio nas chamadas internacionais e que para operarem tinham obrigatoriamente que passar pela Telecom”**, esclarece aquela responsável que anuncia para breve o início das negociações com a Portugal Telecom

que detém a exclusividade na rede fixa e nas chamadas internacionais até o ano 2021. **“Já apresentámos ao governo uma proposta dos elementos que deverão integrar a comissão de negociação, pelo que pensamos avançar já com as negociações”**, promete.

Giordano Custódio vs Telecom

Se ainda há entraves (mesmo que ligeiros) à entrada de novos operadores do serviço móvel, o mesmo não acontece na televisão por assinatura que conta quatro candidatos: uma empresa da China, a Pára-Rede, de Portugal, e as nacionais CVTelecom e a SGPM, consórcio liderado por Giordano Custódio.

Neste momento, o ICTI está a analisar as propostas apresentadas (ver se cada um cumpriu os requisitos exigidos), pelo que só daqui a duas semanas, sensivelmente, será conhecido o vencedor deste concurso.

Hermínio Silves

INVESTIMENTOS



“Hotel Dunas do Sal”: inauguração é para já!

Localizado a 18 quilómetros do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral o Hotel Dunas do Sal, um quatro estrelas superior, está pronto para abrir as portas, na praia de Santa Maria. O director e dono do empreendimento turístico, Carlos Miranda, que se deslocou propositadamente a Cabo Verde para vistoriar a obra, anuncia que a inauguração da infra-estrutura acontecerá até ao próximo 10 de Junho, Dia de Camões e de Portugal.

O Hotel Dunas do Sal é um alto standard com 29 quartos de casal, 19 duplos, e uma suite presidencial com jacuzzi, todos equipados com ar condicionado, telefone, cofre, frigobar, tv satélite e detectores de incêndio.

Mas a infra-estrutura em si oferece outras comodidades, designadamente business center, rent-a-car, sala de convívio, restaurante, bares, centro de estética e massagem, ginásio de musculação, banho turco, piscina para adultos e crianças, centro de mergulho - saídas e cursos, auxílio na prática dos desportos náuticos como windsurf, surf e kit-surf - e ainda organiza excursões.

“O Dunas do Sal é o primeiro investimento do grupo português Pires e Leite em Cabo Verde. Estamos a apostar forte na qualidade do nosso serviço como sendo um dos seus maiores atractivos. Somos um hotel pequeno, em termos arquitectónicos, mas com uma linha decorativa simples e elegan-

te. Fizemos uma mistura de estilos europeus com as cores vivas e bonitas de Cabo Verde”, afirma Carlos Miranda, lembrando que este empreendimento custou ao grupo cerca de dois milhões e quatro mil euros.

É um hotel direccionado para o público europeu, essencialmente luso. Mas nada que possa assustar os promotores desta iniciativa empresarial, que já estão a fechar parcerias com boa parte das agências europeias e cabo-verdianas, como por exemplo Sol. Trópico e Entre Mares. *“Pelos nossos cálculos, teremos uma alta taxa de ocupação porque vamos oferecer um serviço com nível europeu, isto é, o nosso grau de exigência é bastante alto. É claro que os nossos preços serão ligeira-*

mente superiores à média praticada em Cabo Verde, em função do serviço que os clientes irão pagar”.

E mesmo antes de estrear o Hotel Dunas do Sal, o grupo começa a equacionar expandir, para a vizinha ilha da Boa Vista ainda este ano, também no ramo da hotelaria. A ideia, segundo Carlos Miranda, é criar uma linha hoteleira ou uma marca em Cabo Verde que identifique o grupo, à semelhança do que já acontece em Portugal. Este é mais um projecto que vem reforçar a posição de Portugal como o principal investidor estrangeiro em Cabo Verde, com uma carteira de negócios estimada em cerca de 200 milhões de euros.

Constância de Pina

REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES MARÍTIMOS

Catamarans da Moura Company já estão em Cabo Verde

Dois modernos catamarans da Moura Company que ligarão as principais ilhas do arquipélago a alta velocidade já estão em Cabo Verde. A chegada destes barcos ao Porto Grande do Mindelo aconteceu na última terça-feira, 29, data que marca, com certeza, uma viragem nos transportes marítimos inter-ilhas. Mas antes mesmo de começarem os processos legais que lhes permitirão operar nos mares de Cabo Verde, antevê-se **“mau tempo no horizonte”**. Sim, porque as autoridades marítimas cabo-verdianas, tanto a Direcção-Geral da Marinha como a Capitania dos Portos de Barlavento, dizem desconhecer o processo **“Catamarans”**.

Os dois catamarans são quase novos, dispõem de excelentes condições de conforto, acomodação e segurança e devem começar a operar logo que estiverem regularizados os processos de vistoria e autorização por parte das autoridades marítimas cabo-verdianas. Com 35 e 32 metros, esses navios têm capacidade para transportar 313 e 200 passageiros, respectivamente, em viagens de quatro horas no percurso Praia/Sal ou Praia/São Vicente, noventa minutos Praia/Fogo e 15 minutos São Vicente/Santo Antão.

Os dois catamarans foram construídos, ao que Cifrão apurou, na Ásia, mais concretamente nos estaleiros navais de Singapura e adquiridos mediante um financiamento negociado com o apoio da construtora. Estes dois navios integram um pacote de quatro unidades que a Moura Company pretende colocar na ligação entre as ilhas.

Mas antes mesmo de serem desalfandegados - vieram como carga em outro navio - adivinha-se **“mau tempo no horizonte”**. Os responsáveis da Moura Company lançaram apelos, via comunicação social, para que as autoridades marítimas colaborem e agilizem os processos burocráticos, mas, facto interessante, uma fonte da Capitania dos Portos de Barlavento, garante que a instituição oficialmente desconhece o que se está a passar.

“Havia um processo antigo, que foi enviado à Direcção-



Geral de Marinha e Portos (DGMP), que nunca avançou. Agora não sabemos se é o mesmo processo ou um outro. Como é que podemos colaborar se oficialmente sequer fomos avisados da chegada dos catamarans?”, questiona a nossa fonte, para quem a Moura Company resolveu colocar as autoridades cabo-verdianas perante um facto consumado.

Um outro embaraço, de acordo com a nossa fonte, é que os catamarans são navios especiais com um código de segurança próprio. Ou seja, exigem marinheiros qualificados, procedimentos de segurança especiais, entre outras medidas. **“Penso que terão de importar tripulação, porque a nossa formação de pilotos de marinha mercante é insuficiente para capacitar pessoal para**

navios de alta velocidade. Paralelamente, a companhia terá de investir na segurança e adoptar outros procedimentos especiais”.

Cifrão tentou ouvir a versão da Moura Company, mas tal não foi possível porque fomos informados na sede da empresa que os responsáveis, inclusive o assessor de imprensa se encontravam em São Vicente para recepcionar os barcos. Questionados sobre a possibilidade de nos fornecer um contacto telefónico, fomos informados que não tinham autorização para o fazer e que iam entrar em contacto com os mesmos. Se autorizados, afirmam, retornariam a ligação, o que não aconteceu até ao fecho desta edição.

Constância de Pina

LEONILDO MONTEIRO delimita “fronteiras” na Electra

Rui Pena extrapolou as suas competências

Rui Pena extrapolou as suas competências como Presidente do Conselho de Administração da Electra ao fazer alusão, na entrevista exclusiva concedida a este semanário, a assuntos situados no campo estrito dos accionistas. Segundo Leonildo Monteiro, um dos administradores da Electra o PCA da empresa deveria cingir-se a aspectos sobre o funcionamento da Electra e evitar comentar questões que estão acima da sua atribuição como membro de um órgão com funções tão claras como é o conselho da administração.

“Enquanto consumidor, quando leio a entrevista, fico com a impressão que há uma parte que tem estado a injectar dinheiro na Electra e uma outra parte que não assume a sua responsabilidade. Mas isto é uma interpretação errada”, afirma Monteiro. Segundo este administrador da Electra, todo o dinheiro entrado na empresa faz parte do passivo dessa unidade industrial. Logo, conclui, é a empresa que paga as suas contas com as receitas advenientes da facturação.

Relativamente aos setenta milhões de euros investidos pela Electra e que, segundo Rui Pena, foram suportados pela parte portuguesa, Monteiro discorda desse ponto de vista. Como esclarece, o consórcio português apenas avalizou o empréstimo feito por um grupo bancário luso, mediante uma comissão de 0,5 por cento do valor. Neste momento a Electra está a pagar ainda os juros do empréstimo, segundo informações avançadas por Leonildo Monteiro.

“Esse custo não foi suportado pelos accionistas portugueses, como se deve depreender”, sublinha Monteiro, para quem cabe ao Conselho de Administração levar a Electra a alcançar os objectivos traçados. Neste sentido acredita que o futuro da empresa ficará melhor definido após a realização da Assembleia-Geral, marcada para acontecer no mês de Maio, provavelmente em São Vicente.

Questionado sobre a falta de um orçamento e plano

de actividades para a Electra, Monteiro responde que nenhuma empresa pode funcionar convenientemente sem esses instrumentos. Explica, no entanto, que as contas do exercício de 2003 ainda não foram aprovadas devido a “questões pendentes”, com destaque para o défice tarifário.

Segundo Monteiro, o Governo está a questionar o valor avançado pela Dilloyd porque está em causa o espaço temporal que deveria ser abrangido pelo estudo. “O acordo que contempla a matéria não é explícito quanto à data do início do cálculo”, reforça Monteiro, deixando claro que a questão do défice tem uma dependência directa com o aumento do preço dos combustíveis no mercado e que determinaram também a subida das tarifas de água e energia, com retroactividade a Janeiro de 2003.

Para Monteiro, é seguro que a Electra tem acumulado prejuízos. Contudo esclarece que a revisão salarial visou conceder um resultado marginal à empresa até finais de 2006.

Levado a comentar a questão da iluminação pública, o administrador da Electra considera este assunto de âmbito institucional. Segundo Monteiro desconhece a exis-

tência de alguma lei que obrigue a empresa a pagar uma taxa pela utilização dos terrenos e espaço aéreo municipais. E, na sua óptica, se isto vier a ser estabelecido, a Electra poderá ter uma compensação pelo custo acarretado. “É preciso ter presente que nenhum município pagou qualquer centavo pela iluminação pública, até então. Esse custo tem sido assumido pelo Estado”, sublinha Monteiro, para quem o contencioso que opõe as câmaras municipais e a Electra tem de ser analisado à luz do contrato de concessão.

Kim-Zé Brito

Empresários de Macau em Cabo Verde



LEE PENG HONG - Presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau

Está desde ontem, quinta-feira, de visita a Cabo Verde uma importante delegação empresarial do Macau. A comitiva macaense, chefiada pelo presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Lee Peng Hong, vem contactar as autoridades nacionais e empresários de diferentes sectores no sentido de identificar oportunidades de investimento no nosso país.

Cabo Verde começa a despertar o interesse das empresas macaenses. Depois do magnata David Chow (virá à Praia em Junho) anunciar um investimento de mais de 100 milhões de dólares no arquipélago, é a vez agora de onze empresários do Macau iniciarem - desde ontem, quinta-feira, uma visita de três dias a Cabo Verde para contactar as autoridades locais e empresários das mais diversas áreas sobre potenciais oportunidades de investimento e de negócios que o país lhes pode proporcionar.

Banca (Banco Nacional Ultramarino), agricultura, produtos farmacêuticos, turismo, transportes, imobiliária e educa-

ção (vem o director do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Ciências e Tecnologia) são alguns dos sectores que se fazem representar na delegação macaense. Até ao final do dia de ontem, a delegação devia ser recebida pelo ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, João Pereira Silva, e pelo primeiro-ministro, José Maria Neves.

Esta sexta-feira, a comitiva daquele território chinês participa, juntamente com empresários cabo-verdianos, num workshop sobre “Oportunidades de Investimento em Cabo Verde”, organizado pela Agência cabo-verdiana de Promoção de Investimentos. No final da visita, acredita-se, é bem provável que venha a sair algo de concreto, ou seja, um acordo em algumas das áreas económicas que estão na mira dos macaenses. Até porque, recorde-se, já antes tinha havido contactos entre empresários dos dois países, primeiro aquando da visita de José Maria Neves àquele território, e depois com a deslocação da directora-geral do extinto Promex, Georgina Melo.

OPERADORES CRITICAM ATRASO NO ANDAMENTO DOS PROJECTOS

Gerentes de empresas nacionais e estrangeiras, sobretudo as sediadas em São Vicente e Boa Vista, contestam o andamento lento dos projectos de investimento em Cabo Verde. É que, segundo eles, há pedidos que aguardam, desde 2000, o seu desfecho e sociedades que esperam, há muito tempo, obter o estatuto de investidor externo ou de empresa franca junto da CI - Agência Cabo-verdiana da Promoção de Investimentos. Abordado, o presidente da CI que partia rumo a Macau e Hong

Kong, respondeu que, por falta de dados, ser-lhe-ia impossível na altura fazer um ponto da situação dos projectos em causa. Mas Paulo Monteiro aproveitou a ocasião para anunciar algumas das medidas já tomadas para agilizar o processo de investimento em Cabo Verde, com destaque para a criação, o mais breve possível, de Delegação da CI no Mindelo. Havendo recursos, depois, admite aquele responsável, poderão ser instaladas delegações do Sal e Boa Vista.

Presidente da CI anuncia abertura da Delegação do Mindelo

Por: ALÍRIO DIAS DE PINA



O processo de investimento em Cabo Verde avança a passo de caracol, não obstante o recente anúncio da criação da CI — Agência Cabo-Verdiana da Promoção de Investimentos, que substituiu o Promex. Empresários nacionais e estrangeiros em contacto com este jornal denunciam o andamento lento dos projectos, cujo impacto tem sido negativo na economia nacional pois impede os operadores estrangeiros de se instalarem nestas ilhas. Em causa estão, segundo as mesmas fontes, o pesado processo burocrático, o atraso na aprovação dos projectos e o problema na concessão do estatuto de investidor ou de empresa franca, solicitados por vários operadores.

O gerente de uma firma, que pediu anonimato, avança que em São Vicente e Boa Vista vários são os projectos que aguardam o aval da CI — Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos para poderem avançar. Alguns deles são estruturantes e envolvem, conforme apurámos, investidores nacionais e estrangeiros, nomeadamente alemães, portugueses e espanhóis.

Baía das Gatas Resort encontra-se, por exemplo, em andamento desde 2000. Trata-se de um grande projecto turístico, pertencente à Sociedade Baía Investment SA, de capital ale-

mão e cabo-verdiano. “O processo começou desde Maio de 2000 junto da Promex. Estamos neste momento a negociar com a Cabo Verde Investimentos a questão dos terrenos, já que o projecto será desenvolvido na ZDTI da Baía das Gatas, em S.Vicente. Continuamos à espera de uma resposta definitiva da CI relativa à modalidade de compra dos terrenos”, salienta um dos sócios gerentes da sociedade, José Almada.

Almada adianta que, quando concluído, o Baía das Gatas Resort garantirá 1.500 postos de trabalho permanentes. O empreendimento inclui um hotel de 5 estrelas para 200 quartos e dois aldeamentos turísticos, com um total de 534 camas. Palácio de congressos, casinos, campo de golfe e piscinas com escorregas são entre outras, as infra-estruturas complementares da referida unidade hoteleira. O futuro empreendimento pertence à Sociedade Baía Investment SA, que conta com um capital social de 4 milhões de euros. Além de um grupo de nacionais, a mesma tem como parceiro estratégico a GATO-AG, uma empresa alemã especializada em desenvolvimento turístico.

Outras duas firmas alemãs, que querem instalar-se em S.Vicente, estão também, desde há já algum tempo, à espera do aval final da CI — Agência Cabo-verdiana da Promoção de Investimentos. Uma delas, a Dentex - Importação,

Exportação, Serviços L.da dispõe de um capital social de 15 milhões e 10 mil escudos cabo-verdianos. Esse montante é subscrito por dois sócios: Dat - Dental Tourism Establishment e Jorj Braun, tendo este último entrado apenas com 10 mil contos do capital social. A sociedade tem como objecto a indústria de material dentário e sua comercialização exclusivamente para a exportação. Além do estatuto de investidor, externo a referida unidade está a aguardar o estatuto de empresa franca para poder exportar os seus produtos com base em isenções fiscais previstas na lei cabo-verdiana.

Descentralização das decisões

Esses alemães são ainda donos da Baía de São Pedro — Serviços de Turismo e Gestão L.da. Trata-se de uma firma que vai prestar serviços diversos, na área de administração, gestão imobiliária e turismo. Tem um capital social de 260 mil escudos, dos quais 10 mil pertencem a Jorj Baun. Paralelamente ao problema de terreno que está por ser resolvido na conhecida zona do Clube Golfe de Mindelo, a sociedade, segundo envolvidos no processo, continua à espera do estatuto de investidor externo.

Mas o atraso no andamento dos projectos junto da Cabo Verde investimento não fica por

aí. Há ainda o caso da Imovista L.da, que está igualmente a aguardar a decisão final da mesma agência estatal. Embora tenha sido impossível chegar à fala com António Joaquim Duarte, um dos sócios gerentes da empresa, apurámos que o projecto poderá arrancar dentro de três meses, aproximadamente. A sociedade, de capital espanhol e cabo-verdiano, vai ocupar-se da gestão de um grande complexo turístico a ser construído na Boa Vista, que incluirá hotéis, condomínios, campo de golfe, entre outros.

Instado a explicar o que está na origem de tanto atraso na aprovação dos projectos pelas entidades que estão sob a sua tutela, o ministro da Economia, Crescimento e Competitividade escusou-se, por ora, a falar do assunto. Ainda assim, João Pereira Silva deixou escapar dos projectos, cujo relatório final chegou às suas mãos, não há nenhum que esteja ainda por aprovar.

Junto do presidente de CI — Agência da Promoção de Investimentos ficamos também por saber em que pé se encontram os projectos referidos. Paulo Monteiro alegou falta de tempo para inteirar-se do andamento deles, visto que, no momento em que foi abordado por este jornal, estava a caminho de Macau e Hong Kong. Aquele responsável aproveitou, no entanto, a ocasião para anunciar algumas das

→